

8

O Partido Comunista na raiz da teoria da *Via Colonial* do desenvolvimento do capitalismo

*Antônio Carlos Mazzeo**

Colocação do problema

O tema que iremos abordar, a questão da forma histórica da objetivação do capitalismo no Brasil, vincula-se aos debates sobre as teorias interpretativas do Brasil, que nascem da tradição comunista brasileira. Dentro desse espectro, devemos ressaltar as vertentes matriciais mais significativas que nortearam as análises e as ações dos comunistas, isto é, a consagrada teoria do feudalismo, onde estão presentes interpretações da realidade brasileira, feitas a partir de transposições mecânicas e, de certo modo, reducionistas dos processos histórico-particulares europeus e a tentativa caiopradeana de compreender as especificidades históricas do Brasil, articulando-as, ao mesmo tempo, com os elementos teórico-categoriais de matriz marxiana.¹

* Professor do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da FEC-Unesp e coordenador do NEOM — Núcleo de Estudos da Ontologia Marxista.

1. Veja-se, especialmente, Caio Prado Jr. *A revolução brasileira*, 1972, pp. 19 e ss.

Mas é necessário destacar, inicialmente, que a presença de uma análise que admitia a existência de formas sociais de caráter "feudal", no Brasil, antecede à introdução das teses da Internacional Comunista — o *Komintern* —, por meio do Partido Comunista. Capistrano de Abreu, em seu pioneiro *Capítulos de história colonial*, já em 1907, realçava os "elementos feudais" na organização das capitâneas hereditárias (2000:67), passos analíticos que foram seguidos por importantes pensadores brasileiros, como Oliveira Vianna (1952) e Nestor Duarte (1939), dentre outros. Mesmo um autor como Gilberto Freyre (1984:190 passim), apesar de relevar a originalidade da sociedade lusitana e de apontar seu "burguesismo precoce", com a predominância do capital comercial na colonização, acentua que no Brasil, dadas as especificidades do processo de ocupação territorial, os portugueses sofreram uma retração séria, retrocedendo em sua colônia americana, em pleno século XVI, à era feudal.

O fato é que as teses do *Komintern*, principalmente as resultantes do VI Congresso de 1928, onde está enfatizada a existência de "relações feudais" no continente latino-americano, serão bem recebidas pelo conjunto da intelectualidade de esquerda da América Latina, porque a própria tradição da historiografia ibero-americana relevava estruturas feudais na América Latina colonial.² Essas análises interpretativas do continente, impregnadas por uma visão universalista e fortemente eurocêntrica, priorizavam o aspecto jurídico-político na conformação da organização da estrutura colonial, isto é, a herança de aspectos histórico-superestruturais de ordem feudal, que permaneciam nas formas administrativas das metrópoles ibéricas, o que possibilitava a elaboração de interpretações analógicas em relação à Europa, exatamente por não elevar o aspecto concreto da especificidade latino-americana, seja em suas *particularidades* histórico-processuais, seja referente aos elementos *concreto-singulares*. Ora, foi exatamente essa tradição teórico-histórica que se constituiu no referencial analítico das formas sociais do continente e que terminaram por influenciar os primeiros estudos de corte marxiano sobre a América Latina. Devemos ressaltar ainda que o marxismo chega ao continente permeado pela hegemonia filosófica de viés positivista, outro componente estrutural na construção das formas analíticas da realidade latino-americana e de uma intelectualidade situada na periferia do capitalismo e permeada pela ideologia da conciliação, cuja base de fundamento era o positivismo.³ Não é aqui o espaço para

2. Ver Zea, 1976, segunda parte, Ferreira 1971, pp. 47 e ss. e José Aricò in Hobsbawm (org.) (1987:419 ss.).

3. Ver Zea (1976:197 ss.).

aprofundarmos as causas dessa hegemonia. Mas devemos levar em conta que o positivismo constitui-se na ideologia da reação conservadora a partir do século XIX, funcionando como "razão" da ordem burguesa. No caso da América Latina, verificamos que essa filosofia aparece como fundamento teórico no processo de formação dos Estados nacionais, plasmada a partir do contexto histórico do capitalismo tardio das metrópoles ibéricas, que absorvem com grande retardo a Ilustração, a partir de uma ideologia mercantilista e que será bafejada, posteriormente, por um liberalismo conservador, anti-revolucionário e de teor eclético-positivista.⁴

É importante assinalar ainda que o marxismo latino-americano encontra também interlocução com as interpretações que chegam ao continente juntamente com os imigrantes europeus, ao longo do século XIX, particularmente os de origem italiana, que traziam concepções socialistas sustentadas por uma literatura militante, via de regra simplista e vulgarizadora, que, em geral, difundia um marxismo permeado pelo positivismo cientificista. Como acentua Batalha (1995:14) o marxismo dominante nesse período, como também ocorrera na Europa, será dominado por um ecletismo que interpõe ao pensamento marxiano concepções lassalianas, comteanas, darwinistas e spencerianas. De modo que podemos verificar essas influências nas pioneiras elaborações que tentaram analisar realidades latino-americanas, a partir dos instrumentos conceituais marxianos, em autores como o argentino Juan B. Justo⁵ e o peruano Haya de la Torre, que definia a luta pela emancipação da Indoamérica como antifeudal.⁶

4. Como afirma J. Serrão, ao referir-se sobre o liberalismo ibérico: "E daí que o percurso ideológico do liberalismo peninsular, e bem marcadamente o português, se apresente sobretudo sob a roupagem 'regeneradora' e evite a linguagem e os atos caracterizadamente revolucionários. Genética e programaticamente, ele tende para um compromisso entre o antigo e o novo, entre a estabilidade (imperial) e o impulso removente de um nacionalismo reverdecido e potenciado pela idéia-força de participação nacional na coisa pública." "Democratismo versus Liberalismo", in Mírian Pereria (1982:4-5).

5. Michael Löwy ressalta: "O pensamento de Marx foi, assim, introduzido no movimento operário argentino e também latino-americano sob influência do pensamento de Justo. Entretanto, o que podemos dizer do marxismo de Juan B. Justo é que este estava fortemente diluído numa miscelânea eclética que continha apreciáveis doses de sociologia de Comte e de Spencer e da economia política burguesa." "Notas Sobre a Recepção do Marxismo na América Latina" in Barsotti e Pericás (orgs.), (1998:11).

6. "[...] o feudalismo e o imperialismo uniram seus interesses porque se servem mutuamente. Nem o primeiro poderia sobreviver nem o segundo abusar em uma indoamérica unida." Haya de la Torre, apud Ferreira (1971:231, nota 14).

Mas é no contexto da criação do Birô Sul-americano da Internacional Comunista, em meados de 1925, tendo como sede a cidade de Buenos Aires, que tem início um esforço articulado para o desenvolvimento de reflexões teóricas sobre a América Latina, de cariz marxista, como fica evidente com a publicação da revista *La Correspondencia Sudamericana*, a partir de 1926.⁷ A predisposição em aprofundar o entendimento das realidades latino-americanas e a conseqüente ampliação da influência da IC agilizam a circulação de obras de autores marxistas latino-americanos. Entre a fundação do SSA-IC e a realização da I Conferência dos Partidos Comunistas Latino-Americanos, realizado entre 1 e 12 de junho de 1929, vemos o surgimento de vários trabalhos teóricos, de corte marxista e de grande originalidade. Mas essa criatividade analítica, que tenta apreender as especificidades das realidades nacionais, como o importante agrarismo e industrialismo de Octávio Brandão, trazem ainda a marca indelével da presença desse marxismo eclético. Nem mesmo os escritos políticos de Astrojildo Pereira e o clássico e refinado *7 ensayos de interpretación de la realidad peruana*, de José Carlos Mariátegui, que inaugura um segundo e proífico momento do marxismo latino-americano, escapam, de um modo ou de outro, das inflexões de teor idealista e positivista.

Especialmente Mariátegui, em sua rica tentativa de articular a análise da particularidade histórica peruana com as categorias marxianas, portará, em seus escritos, essas influências, adicionadas às adquiridas com sua estada na Europa, especialmente na Itália, entre 1919 e 1923, o que, como acentua Segatto, possibilita a superação dos estreitos limites provincianos de Lima, encerrando o que Mariátegui autodenominava sua "idade da pedra".⁸ Efetivamente, vemos na obra desse notável teórico marxista sul-americano influxos de diversos matizes, que aportam em seu instrumental teórico. A tentativa de escapar das influências positivistas, ao contrapor-se às visões do marxismo prenes do evolucionismo da II Internacional, o leva para a assimilação da filosofia soreliana (além de Outras, de matiz idealista), na pretensão de incorporar o subjetivo no processo revolucionário, particularmente na realidade peruana.⁹ A constatação da presença de elementos

7. Como acentua o então responsável pelos partidos latinos da IC, Humbert-Droz, referindo-se ao secretariado sulamericano: "Ele estabeleceu um contato mais estreito com os partidos e os grupos comunistas existentes no continente sul-americano e, por outro lado, começou o estudo das questões do movimento revolucionário da América Latina [...]". Apud Pinheiro (1992:148).

8. Ver Segatto, in: Amayo e Segatto (orgs.), (2002:22).

9. Sobre essa questão, A. S. Vasques (in: Barsotti e Pericás, 1998:50-51), acentua: "Há pois, uma presença soreliana nos escritos de Mariátegui, assim como de outras filosofias idealistas que

ecléticos nas formulações de importantes teóricos marxistas latino-americanos vem confirmar as análises contemporâneas que ressaltam a dificuldade encontrada pelo movimento operário dos finais do século XIX e dos inícios do XX — inclusive na Europa —, em compreender na sua complexidade, a profundidade das categorias analíticas desenvolvidas por Marx. Não por acaso, todo debate desse período desenvolve-se em torno da questão reforma/evolução/revolução, contexto no qual se inserem as discussões travadas no âmbito teórico, onde estão presentes as elaborações e os embates de Lênin e de Rosa Luxemburgo e, posteriormente do jovem Lukács com o marxismo dogmático e evolucionista da Segunda Internacional.¹⁰

A criação do SSA da IC propiciou uma rápida circulação da produção teórica realizada pelos intelectuais revolucionários, como já nos referimos, mas ao mesmo tempo possibilitou também a ampliação da hegemonia de um marxismo reducionista e arquetípico que passa a imperar no *Komintern*, a partir de 1924, quando é realizado o primeiro Congresso após a morte de Lênin. Nesse congresso acentuam-se as visões esquemáticas sobre os países chamados coloniais e "semicoloniais", muito mais pelo desconhecimento das processualidades históricas dessas regiões do que a absolutização e prevalência de um presumido núcleo-duro eurocêntrico, como querem alguns autores. O fato é que no V Congresso da IC, de 1924, vemos atenuada a posição crítica que o IV Congresso recomendava aos partidos comunistas dos países coloniais, em relação à colaboração com a "burguesia nacional" dessas regiões. Ao contrário, o V Congresso enfatiza essa colaboração, o que implica a incorporação das frações de classe burguesa e pequeno-burguesa, agora consideradas "progressistas", ao bloco operário e camponês. Objetivamente, o V Congresso da IC afasta-se das elaborações criativas dos períodos anteriores, acabando por cair em análises esquemáticas e arquetípicas das realidades dos países orientais e coloniais. Essa tendência reducionista acentua-se sobremaneira no VI Congresso de 1928, quando da institucionalização da teoria da revolução feita em etapas. De modo que se passa a classificar os países por meio de "modelos de desenvolvimento histórico", agrupando-os em blocos — países de alto desenvolvimento, médio

ele não considera alheias ao marxismo: [Vasques, aqui, cita Mariátegui] 'vitalismo, ativismo, pragmatismo, nenhuma destas correntes filosóficas, no que poderiam sustentar a revolução, têm ficado à margem do movimento intelectual marxista' [...].

10. Sobre essa questão ver o útil ensaio de F. Andreucci, mesmo com suas análises um tanto reducionistas, "A difusão e a vulgarização do marxismo" e E. J. Hobsbawm, "A cultura européia e o marxismo entre o século XIX e o século XX", in *História do marxismo*, 1987, respectivamente, pp. 15-73 e 75-124.

desenvolvimento e países coloniais e semicoloniais —, os três grandes blocos que a IC vai analisar e tentar construir uma ação política informada por esta visão teórica. No caso da América Latina e dos países do Oriente, segundo aquelas teses, havia "resquícios feudais" que seriam originários do processo de colonização.¹¹ Essa hegemonização interpretativa será a responsável pela crítica feroz às elaborações criativas de revolucionários como Mariátegui e Astrojildo Pereira, ainda que em ambos, vejamos a presença marcante das teses da IC em suas elaborações.¹²

No entanto, havia no interior da IC análises diferenciadas, como as efetuadas pelo suíço Jules Humbert-Droz, o assistente da IC para os "países latinos", vinculado politicamente a Bukharin, que de certo modo, antecipa-se às teses que serão desenvolvidas por Caio Prado Jr. O relatório apresentado por Humbert-Droz ao *Komintern*, como contribuição preparatória (tese) para o VI Congresso, continha importantes esforços analíticos, que procuravam ressaltar *aspectos particulares* da realidade latino-americana. Droz consegue perceber o caráter de subordinação estrutural das burguesias "nacionais" latino-americanas em relação ao imperialismo, tanto inglês como norte-americano, bem como a oscilação dessas burguesias "autóctones" entre esses dois pólos, basicamente nos países com certo grau de desenvolvimento industrial. Na tese de Droz não aparecem referências às formas feudais de produção no continente latino-americano. Ao contrário, a conceituação é de *semicolônia* e de *regime colonial capitalista*.¹³ Obviamente, nas resoluções do VI Congresso, essas considerações de Humbert-Droz es-

11. Esses arquétipos interpretativos definem os países "coloniais e semicoloniais" — onde estão incluídos China e Índia, Brasil e Argentina — como aqueles que possuem germens de indústrias ou existe desenvolvimento industrial considerável, mas insuficiente para a edificação independente do socialismo. Nesses países, segundo a definição do V Congresso, predominam relações de modo de produção asiático ou relações feudal-medievais, na economia e na superestrutura política. Neles, a luta fundamental é contra o feudalismo e contra as formas pré-capitalistas de produção, em que constituem objetivos conseqüentes a luta pelo desenvolvimento agrário, a luta antiimperialista e a luta pela independência nacional. Ver Mazzeo, (1999:47).

12. Como podemos ver nessa passagem de Mariátegui de 1928: "La clase terrateniente no ha logrado transformarse en una burguesía capitalista, patrona de la economía nacional. La minería, el comercio, los transportes, se encuentran en manos del capital extranjero. Los latifundistas se han contentado con servir de intermediarios a este, en la producción de algodón y azúcar. Este sistema económico, ha mantenido en la agricultura, una organización *semi-feudal* que constituye el más pesado lastre del desarrollo del país. La *supervivencia de lafeudalidad* en la costa, se traduce en la languidez y pobreza de su vida urbana." (1973:29-30, grifos nossos).

13. VI Congreso de la Internacional Comunista: Tesis, Manifiestos y Resoluciones, ver 1977, p. 240.

tarão ausentes. E, como decorrência das formulações exaradas pelo VI Congresso, passa a vigiar a formulação que enfatiza a existência de "relações feudais" na América Latina, que será absorvida e referendada na Conferência dos PCs latino-americanos, em 1929, quando também serão elaborados os elementos gerais de uma teoria da revolução para o continente, tendo como referencial a revolução mexicana e, fundamentalmente, a revolução chinesa, cujo impacto possibilitou o surgimento da idéia de uma "via chinesa" latino-americana.¹⁴

A "teoria consagrada" da revolução e a sublevação caiopradeana

Com a definição do caráter da revolução brasileira, no contexto da visão da *revolução em etapas*, institucionalizada no VI Congresso da IC, desdobram-se as formas de luta que deverão estar correspondendo às táticas subordinadas à estratégia definida pelo *Komintern*. No caso do Brasil, a *construção de um referencial em consonância com as diretrizes teórico-políticas da IC irá conformar a linha política histórica do Partido Comunista*, condicionando desse modo o que poderíamos chamar de *Weltanschauung* política hegemônica na esquerda brasileira, pelo menos até o V Congresso do PCB, em 1960, quando aparecem as teses de Caio Prado Jr., questionando a teoria do feudalismo e, conseqüentemente, o conjunto tático-estratégico da revolução brasileira do núcleo dirigente comunista, como veremos mais adiante. No direcionamento geral da construção de uma interpretação da realidade brasileira, a "etapa" da revolução foi especificada, pelo PCB como democrática, antifeudal e antiimperialista.

A luta contra os "elementos feudais" presentes na formação social brasileira ganhou importância-chave, já que nela também estava inserido o combate ao imperialismo, naquela visão, aliado estrutural dos latifundiários feudais. Esse é o contexto onde está inserida a questão democrática, não somente como elemento tático, mas como ponto estratégico da luta pelo socialismo. No centro dessa visão tático-estratégica — a revolução em etapas —, colocava-se a tarefa da realização da etapa democrático-burguesa da revolução, que viria exatamente como resultado da luta antifeudal e antiimperialista. O elemento fulcral dessa definição tático-estratégica dos comunistas era a aliança com os chamados "setores democráticos e progressistas" de uma "burguesia nacional", que estaria em contradição estru-

14. Cf. Mazzeo (1997:52).

tural com o imperialismo. Nessa concepção, a burguesia "progressista", em sua "contradição" com o imperialismo, teria um papel decisivo na consolidação de uma democracia e de um capitalismo de caráter nacional que, ao desenvolver-se, dissolveria os "resquícios feudais" presentes na formação social brasileira. Um dos teóricos mais importantes na construção desse elemento analítico central resultante do V Congresso do PCB — aquele que desenhará a forma teórico-política característica do quarto período do partido e que, *mutatis mutandis*, perdura até sua grave crise de 1992 — será, sem dúvida alguma, o grande historiador marxista Nelson Werneck Sodré.¹⁵

De modo que o V Congresso do PCB será de extrema importância. Esse congresso reflete não somente a radicalização da crise interna provocada pelo aprofundamento das divergências ideológicas dentro do partido — especialmente as reações à Declaração de Março de 1958 —, mas fundamentalmente a própria crise do Movimento Comunista Internacional. Objetivamente, a crise do PCB constitui-se na particularidade brasileira de uma crise geral do movimento comunista, que tem seu início com a desarticulação do *Komintern*, determinada pela falência da perspectiva de uma revolução socialista na Europa a curto e médio prazo. Era a adaptação brasileira às resoluções feitas no *Kominform* sobre a nova política soviética.¹⁶ Podemos dizer que nesse congresso aparecem dois tipos de divergências com o núcleo hegemônico do Comitê Central do partido: as que tinham como centro a condução prático-política do PCB, como as que eram defendidas por membros do alto escalão diretivo, o grupo liderado por João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar e uma de fundo teórico-interpretativa, representada pelas formulações analíticas de Caio Prado Jr.

15. Independentemente de ter chegado ao marxismo somente em inícios da década de 1940, Sodré constituiu-se em profícuo formulador da teoria da revolução em etapas e, conseqüentemente, do feudalismo no Brasil. É certo que em sua formação intelectual, Sodré receberá influências do positivismo hegemônico nos meios intelectuais militares latino-americanos. Mas pode-se dizer também que essa formação de Werneck Sodré, ao se deparar com as formulações teóricas do *Komintern*, encontrará um vasto e fértil espaço teórico, que será responsável por criativas e importantes adequações das teses da IC na análise da realidade brasileira.

16. Ver Mazzeo, (1997:83). Como acentua Löwy (1980:48): "O fundamento teórico dessa política é resumido pela declaração do PC brasileiro, de março de 1958, na qual afirma que a contradição entre o proletariado e a burguesia 'não mais exige uma solução radical, na etapa atual. Nas presentes condições do país, o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo [...]. O proletariado e a burguesia aliam-se em torno de objetivos comuns de luta por um desenvolvimento independente e progressista contra o imperialismo norte-americano'."

A crítica realizada por Amazonas, Grabois e Pomar, futuros dirigentes históricos do que viria a se constituir no Partido Comunista do Brasil — o PCdoB, em 1962 —, não consegue romper com os fundamentos teóricos que informavam as interpretações da realidade brasileira e tampouco com as influências das análises arquetípicas das formações sociais construídas pelo *Komintern*, e, conseqüentemente, não questionam também a consagrada teoria da "revolução em etapas" e a questão do feudalismo no Brasil. O núcleo dirigente do PCdoB retoma as teses centrais do Manifesto de Agosto de 1950, assumindo as resoluções do IV Congresso, radicalizando, ainda, a crítica a Krushev e à nova linha político-ideológica implementada por Moscou. Esse núcleo dirigente terá um papel central no movimento comunista brasileiro e latino-americano — refletindo a divisão que se processa no comunismo mundial — já que será o introdutor da corrente comunista inspirada nas concepções do dirigente comunista chinês Mao Tsé-Tung, constituindo-se no primeiro Partido Comunista maoísta da América Latina. Nesse sentido, o PCdoB será responsável pela implantação tático-estratégica das experiências chinesas (o "cerco das cidades pelo campo"), e principalmente pela retomada da teoria do Bloco das Quatro Classes — formulada no V Congresso do *Komintern*, em 1924 — que havia sido implementada pelo PCB em finais dos anos 1920, quando Octávio Brandão (que, juntamente com Astrojildo Pereira, constituiu o primeiro grupo dirigente histórico do comunismo brasileiro) formula sua criativa teoria da "revolução democrático-pequeno-burguesa", bastante permeada pela experiência do *Kuomintang* e fortemente inspirada no Bloco das Quatro Classes, já que, naquele momento, havia o projeto de se criar o *Kuomintang* brasileiro. Mas se o grupo dirigente responsável pela primeira grande fratura no movimento comunista brasileiro não consegue superar o arcabouço teórico cristalizado que norteava a ação dos comunistas no Brasil, outros que virão mais adiante também encontrarão dificuldades em superar a teoria do Brasil formulada pelo PCB e as interpretações do *Komintern*.¹⁷

Por sua vez, Caio Prado Jr., ao pontuar suas divergências com as teses do núcleo dirigente do CC do PCB, apresenta uma consistente análise rebatendo não somente a tática partidária — a política de alianças —, mas prin-

17. Como é o caso da ALN, de Carlos Marighella e Joaquim Câmara, que, apesar de preconizar a luta armada para a derrubada do regime militar-bonapartista, apontava a necessidade da construção de um movimento nacional-libertador, onde não estava descartada a possibilidade de uma aliança tática com setores da pequena-burguesia e dos pequenos empresários. Outros grupos mais à esquerda propunham táticas de ação claramente inspiradas na linha *classe contra classe*, também ela produto de formulações do *Komintern*.

principalmente os elementos teórico-estratégicos que a informavam. Crítica a visão positiva do partido sobre o processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro e a visão partidária sobre o problema agrário, basicamente a questão do feudalismo, bem como as implicações políticas decorrentes dessa interpretação. Efetivamente, a crítica caiopradeana ataca o aspecto central da política do Partido Comunista, isto é, o caráter da revolução brasileira. Na visão caiopradeana, o elemento basilar da política dos comunistas deveria estar nucleado pelo proletariado, e não subordinada à pretensão burguesia nacional, sendo que esse proletariado, na medida em que avançasse em sua organização, construiria alianças, inclusive com setores da burguesia que, por um motivo ou outro, momentaneamente, estivessem em divergências com o imperialismo, já que para Caio Prado, a burguesia brasileira não apresenta em sua essencialidade um caráter nacional — visão que se diferencia substancialmente do projeto de unidade subalternizada com a burguesia proposta pelo núcleo dirigente do PCB e que se aproxima das formulações de Humbert-Dorz. Um ponto central atacado por Prado Jr. é a questão agrária, subordinada à noção da existência "relações feudais" no campo brasileiro. A questão de fundo colocava-se, para Prado Jr., na modernização das relações de trabalho numa ruralidade já integrada e subsumida ao capital. Daí sua proposição para a reforma agrária ter um caráter de radicalidade que vai além da mera distribuição de terras aos trabalhadores rurais e ter uma perspectiva de organização da massa de trabalhadores que, lutando por sua inclusão no direito trabalhista, supere a própria condição material posta pelas relações de produção capitalista.¹⁸

De modo que ao realizar a crítica às teses do PCB, Caio Prado inaugura uma interpretação moderna da realidade brasileira, trazendo as categorias analíticas marxianas para o campo da *concretude histórica* — enquanto resultado de múltiplas determinações — e, nesse sentido, ele irá suplantar as análises vigentes até aquele momento. Como ressalta Carlos Nelson Coutinho, essa análise caiopradeana, que refuta os arquétipos interpretativos calcados na III Internacional, reconhece traços extremamente peculiares em nosso capitalismo.¹⁹ Isto significa dizer que Prado Jr. identificará na formação social brasileira *elementos de particularidade histórica* que permi-

18. Ver a nota prévia do livro que une seus artigos sobre o problema agrário no Brasil, publicados na *Revista Brasiliense*, nos anos que antecedem o golpe militar-bonapartista de 1964, *A questão agrária*, 1981, pp. 7-14.

19. Veja-se Carlos Nelson Coutinho, "A imagem do Brasil na obra de Caio Prado Júnior" in *Cultura e sociedade no Brasil — Ensaio sobre idéias e formas*, 2000, p. 22.

tem um enfoque mais próximo da concretude para a explicitação do caráter não-clássico da forma capitalista brasileira, aproximando-se das interpretações lenineanas sobre as morfologias conformadoras das particularidades históricas que se processam nas formações sociais capitalistas.²⁰ No entanto, apesar de estarmos de acordo com a visão de Coutinho sobre o significado de Prado Jr. no marxismo brasileiro e latino-americano, entendemos ser necessárias algumas observações, mesmo que rápidas — dado o escopo desse artigo —, sobre as análises de Carlos Nelson Coutinho em relação a Caio Prado Jr. objetivando, de um lado, relevar a dimensão da crítica caiopradeana à *Weltanschauung* hegemônica na esquerda brasileira e latino-americana e, de outro, realçar a dimensão *histórico-genética* do Brasil presente nessa análise. Essa breve polêmica sobre o enfoque caiopradeano se faz necessária, pois nele articula-se a origem da teoria da *via colonial* do desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

Ainda que evidencie positivamente os aspectos qualitativos das interpretações de Caio Prado Jr., Coutinho incorre numa análise reducionista sobre a inflexão caiopradeana quando afirma que Prado Jr. confunde "na análise da colônia e do Império, o predomínio inequívoco de relações mercantis com a existência de um sistema capitalista (ainda que 'incompleto'), erro derivado da prioridade metodológica que ele conscientemente atribui à esfera da circulação em detrimento da esfera da produção" (2000:223). Inicialmente, devemos destacar que longe de "confundir" o capital comercial com o capitalismo complexo resultante da era industrial, Prado Jr. evidencia explicitamente que o caráter capitalista da colonização desde sua origem insere-se no amplo processo que irá desaguar no imperialismo,²¹ análise que de *per se* demarca, ontologicamente — e rente à visão marxiana sobre a construção do capitalismo —, a noção de processualidade genética do próprio capital em seu momento de afirmação, a partir do século XVI,

20. Especialmente as análises desenvolvidas por Lênin no livro *El programa agrário de la socialdemocracia en la primera revolución rusa de 1905-1907*, 1977, v. XIII.

21. Como vemos em Caio Prado Jr. (1972:56): "Os países da América Latina sempre participaram, desde sua origem na descoberta e colonização por povos europeus, do mesmo sistema em que se constituíram as relações econômicas que, em última instância, foram dar origem ao imperialismo, a saber, o sistema do capitalismo. São essas relações que, em sua primeira fase do capital comercial, presidiram a instalação e a estruturação econômica e social das colônias, depois nações latino-americanas. É assim, dentro de um mesmo sistema que evoluiu e se transformou do primitivo e originário capitalismo comercial, é aí, e por força das mesmas circunstâncias (embora atuando diferentemente no centro e na periferia) que se constituíram de um lado as grandes potências econômicas dominantes no sistema imperialista, e de outro os países dependentes da América Latina" (grifos nossos).

visto por Marx como o momento mesmo do nascimento da era capitalista.²² Como um segundo aspecto, ainda que reconheçamos a presença, na visão caiopradeana, de certo superdimensionamento do papel da esfera da circulação — mas que está determinado pelo tipo histórico de inserção das economias de tradição colonial, e que iniciam seus processos de reinserção, exatamente em finais da década de 1950 —, lembramos que o fundamental da análise caiopradeana não é apresentar a esfera da circulação desconectada da esfera produtiva. Ao contrário, a ênfase está justamente em realçar a impossibilidade histórica da existência de um capitalismo de caráter nacional e autônomo num país como o Brasil, onde a burguesia demonstrou ser incapaz de realizar sua tarefa histórica fundamental, isto é, a revolução burguesa. Dimensionando a particularidade histórica brasileira, Prado Jr. demonstra que a raiz colonial do Brasil — e sua não-superação — determina uma inserção subordinada no conjunto do sistema mundial do capitalismo,²³ onde a não-realização de um processo modernizador a partir de uma ruptura revolucionária com a estrutura colonial, em moldes burgueses (como ocorreu nas colônias inglesas da América do Norte, no século XVIII, definindo-se com a Guerra Civil do século XIX, que destrói a forma de propriedade colonial existente no Sul dos EUA), lança o Brasil tardiamente no processo de industrialização e, conseqüentemente, no redimensionamento da economia mundial, a partir da segunda metade do século XIX. Esta formulação será mais tarde desenvolvida por Francisco de Oliveira (1977), que demonstrará ser essa, pelas contingências históricas acima arroladas, a função de uma economia como a brasileira, que constrói uma dinâmica econômica baseada no que Marx chamou de Departamento II da produção, isto é, na produção de bens de consumo, em detrimento do Departamento I da produção, isto é, dos bens de produção. Isto significa dizer que a ênfase caiopradeana à estrutura econômica voltada para o mercado externo aparece, nesse contexto, como o *aspecto definidor* — a raiz histórica colonial — do elemento morfogenético de um capitalismo periférico e subalternizado, no concerto do sistema mundial do capital.²⁴

22. Como ressalta K. Marx: "Aunque los primeros indicios de producción capitalista se presentan ya, esporadicamente, en algunas ciudades dei Mediterráneo, de los siglos XIV y XV, la era capitalista solo data, en realidad, del siglo XVI". *El Capital*, México, FCE, 1973, p. 609, v. I.

23. Ver Caio Prado Jr., (1972:73 ss.).

24. A questão da determinação material da raiz colonial da formação social brasileira, com suas implicações na ação política e nas respostas concretas, é assim definida por Prado Jr.: " Como se observa, a evolução histórica brasileira, e particularmente a natureza dos principais aconteci-

De modo que Caio Prado Jr., em sua análise estrutural do Brasil, o define como uma forma *capitalista não-clássica*, já que a transição da economia mercantil para o processo de industrialização *ocorre sem a eclosão de uma ruptura revolucionária com sua morfogênese colonial*, não somente em seu legado produtivo — a "opção das classes dominantes por um desenvolvimento subordinado, mas também na permanência da relação capital-trabalho (principalmente no campo), que em seus contornos fundamentais paga enorme tributo ao passado escravista. Nesse sentido, o maior mérito de Prado Jr. está na percepção do que é próprio da processualidade histórica brasileira, *sua característica de essencialidade*, quer dizer, *o elemento colonial-escravista do capitalismo brasileiro*. De maneira explícita, Prado Jr. contextualiza o "não-classicismo" do capitalismo brasileiro, comparando a processualidade da formação social brasileira com a particularidade histórica da Rússia pré-revolucionária — cuja estrutura agrária baseava-se na pequena agricultura camponesa (o camponês aqui, em seu sentido histórico-concreto) —, ao afirmar que no Brasil a organização agrária tem por base o latifúndio escravista.²⁵ Como bem ressalva Coutinho, há tal proximidade dessa formulação com os conceitos lenineanos, no que se refere às diferentes formas históricas de entificação do capitalismo, que Lênin não hesitaria em definir o Brasil como uma via não clássica.²⁶

Assim, mesmo no contexto de um sumário esboço da visão de Caio Prado Jr., podemos verificar que essas formulações constituem um marco de ruptura nas formulações dos comunistas brasileiros, bem como abrem a possibilidade para a construção de novas interpretações, mais adequadas à realidade concreta do Brasil, principalmente com a nova geração de intelectuais comunistas exatamente influenciados pela inovadora análise caiopradiana.

mentos, os de maior projeção, que constituem a sua trama, claramente indicam o sentido profundo daquela evolução e a direção em que se processa. A saber, de colônia com as características instituições econômicas e sociais [...] para uma coletividade nacionalmente integrada, isto é, voltada para si mesma, e estruturada social e economicamente em função de sua individualidade coletiva e para atender às aspirações e necessidades próprias. *É nessa evolução que se incluem, como elos de uma corrente, os fatos do presente que se trata de analisar e interpretar. O que significa considerá-los à luz daquela evolução e como resultado e expressão dela. E projetando-se para o futuro no sentido do que lhes imprime a mesma evolução. É nessa altura, isto é, nessa projeção histórica futura que se insere o programa e a ação política [...]*" (*A revolução brasileira*, 1972, p. 72 (grifos nossos).

25. Ver C. Prado Jr., *A questão agrária* (1981:158 ss.).

26. Coutinho (2000:226).

Da via prussiana à via colonial

É inegável que na década de 1960 abre-se um novo e positivo momento intelectual, nas fileiras do PCB, determinado não somente pelas conseqüências diretas resultantes do XX Congresso do PCUS, mas também pelo próprio fervilhar do movimento comunista internacional — a ruptura da China com a URSS, o impacto da Revolução Cubana e da resistência vietnamita contra os franceses, com a vitória do exército revolucionário de Ho Chi Mihn e Giap, em Dien Bien Phu, a luta pelos direitos dos negros nos EUA etc. — e que também ressona no Brasil, por meio dos inovadores movimentos político-culturais e das muitas cisões internas no Partido Comunista. Nesse "caldo político" começam a circular, entre os intelectuais ligados ao PCB, autores até então considerados "heréticos", como Lukács e Gramsci.²⁷ Principalmente as idéias do pensador húngaro György Lukács irão influenciar decisivamente a construção de um conjunto de categorias analíticas calcadas nas formulações de Lênin e do próprio Lukács, sobre as formas de desenvolvimento do capitalismo. Como ressalta Leandro Konder (1991:117-24), Carlos Nelson Coutinho será o primeiro intelectual brasileiro a se servir do instrumental conceitual lukacsiano. Articulando as formulações caiopradeanas com as categorias analíticas de Lukács, Coutinho aplica criativamente a teoria da via prussiana à realidade brasileira, ressaltando justamente o aspecto da conciliação entre o velho e o novo no itinerário do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, onde se destaca um reformismo "pelo alto" que exclui inteiramente a participação popular.²⁸

A introdução do conceito via prussiana, na análise do Brasil, representou sem dúvida uma retomada importante do que Marx havia evidenciado em *O Capital* e na *Crítica ao Programa de Gotha*, quer dizer, as diversas formas de *ser* e de *ir sendo* do capitalismo, a partir do resgate lenineano do que Lukács chamou de *particularidade histórica*, para a análise do capitalismo russo. Esse "resgate" deu maior dimensão e profundidade ao que já vinha sendo elaborado por Caio Prado (e, ainda num outro caminho categorial, por José Honório Rodrigues — em seu notável livro *Conciliação e reforma no Brasil* (editado pela Civilização Brasileira, em 1965), principalmente em seu *Evolução política do Brasil*, onde o processo de Independência é definido como um "arranjo político" no qual não se efetiva uma ruptura revolucionária

27. Ver Celso Frederico, in: J. Quartim (1995).

28. Coutinho, (1974:3). Também Luís Weneck Vianna irá desenvolver uma análise do Brasil a partir desses pressupostos, em seu livro *Liberalismo e sindicato no Brasil* (1978:128 ss.).

com a forma-colonial de produção e onde a emancipação é construída à revelia do povo.²⁹ Nesse sentido, coloca-se, no corpo conceitual marxiano para a interpretação do Brasil, um valioso instrumental que releva as especificidades históricas das formações sociais capitalistas. No caso, a *diferenciação prussiana* evidencia uma forma de entificação de uma revolução burguesa, processada diferenciadamente daquelas desencadeadas na Inglaterra e na França, tidas como formas clássicas de revolução burguesa.

Ademais, a introdução do instrumento conceitual *via prussiana*, para além do próprio conceito imediato, e permeado pela inflexão lukacsiana das *análises das particularidades*, realça, de modo dialético-ontológico, as dimensões específicas dos processos históricos, socialmente determinados, respeitando suas legalidades objetivas imanentes, enquanto totalidades articuladas na qual seus elementos constitutivos — com suas essencialidades próprias — conformam-se em outros complexos, que são as categorias, dando assim historicidade e concretude às formações sociais e às categorias econômicas, o que permite, na realização da análise de determinada realidade societal, transcender os reducionismos dogmatizadores e dimensionar o efetivo caráter que a estrutura produtiva assume na conformação da totalidade. Esse pressuposto possibilita situar as diversas formações sociais capitalistas no âmbito *histórico-concreto* da relação entre a *universalidade* e a *particularidade*, isto é, no espectro do modo de produção capitalista que as conformam e que se constitui como universalidade. Daí a extrema positividade da assimilação desse conceito por Coutinho, o que garantiu uma nova matização da interpretação do Brasil, a partir dos instrumentos categoriais marxianos.

No entanto, apesar de constituir um grande salto, o conceito de via prussiana demonstrou-se, em nosso entendimento, insuficiente para que se pudesse balizar de modo mais eficaz as complexidades da formação social brasileira, já que foi desenvolvido por Lênin, exatamente para avaliar de forma concreta o processo de uma formação social capitalista situada no

29. Como vemos em C. Prado Jr. (1971:48): "Outro efeito da forma pela qual se operou a emancipação do Brasil é o caráter de 'arranjo político', se assim nos podemos exprimir, de que se revestiu [...]. Resulta daí que a independência se fez por uma simples transferência pacífica de poderes da metrópole para o novo governo brasileiro. E na falta de movimentos populares, na falta de participação direta das massas neste [processo], o poder é todo absorvido pelas classes superiores da ex-colônia, naturalmente as únicas em contato direto com o Regente e sua política. Fez-se a Independência praticamente à revelia do povo: e se isto lhe poupou sacrifícios, também afastou por completo sua participação na nova ordem política. A Independência brasileira é fruto mais de uma classe que da nação tomada em conjunto".

campo dos países e das burguesias que conseguiram dar o passo decisivo para entrar na era do capital monopolista, com projetos e aspirações imperialistas. A questão de fundo dessa análise lenineana está no enfrentamento da questão agrária, notadamente as formas de dissolução dos resquícios feudais, constitutivos de grandes entraves para a modernização das relações de produção no campo, em moldes capitalistas. Com a preocupação de compreender a *especificidade da Rússia* — a via russa para o capitalismo —, Lênin esboça em largos traços as formas históricas da revolução burguesa e suas incidências no campo: 1) a transformação de relações feudais, a partir de uma "metamorfose" gradual que substitui os métodos de produção tradicionais pelas formas burguesas modernas; 2) a transformação que se processa pela *via* da revolução burguesa que dissolve as relações feudais.³⁰ No primeiro caso, Lênin está destacando o processo histórico alemão e a aliança entre a burguesia e a nobreza *junker* que dele constituem-se agentes — a *via prussiana*. No segundo, a ênfase é o caso norte-americano, onde o *farmer* transforma-se, pela fragmentação radical dos grandes latifúndios, em granjeiro capitalista — a *via americana*.

O caso norte-americano, por sua óbvia característica de ruptura revolucionária com a estrutura colonial, não pode ser utilizado comparativamente ao processo brasileiro. Mas o caso alemão, em seus aspectos genéricos, pode ser assemelhável ao brasileiro, pelo menos como ponto inicial de análise. Este elemento de essencialidade foi destacado por Chasin em seu brilhante trabalho sobre Plínio Salgado, onde é ressaltado, porém, que apesar de proximidades com o caso brasileiro, "o caminho prussiano não é tomado como modelo, como contorno formal aplicável a ocorrências empíricas. É precisamente enquanto modo particular de se constituir e ser capitalismo que o caminho prussiano tem para nós importância teórica básica" (1978:626 ss.). Essa passagem ilustra a preocupação de Chasin em demonstrar os limites teóricos para a utilização do conceito de *via prussiana* para o Brasil, sob pena de se cair em um novo "modelo, arquetípico" de análise da realidade brasileira. É certo que aparecem nas processualidades do Brasil e da Alemanha claras similitudes. Nos dois casos, a propriedade terratenente é decisiva. Também o reformismo "pelo alto" é marca dos processos modernizadores de ambas as particularidades históricas. No que se refere ao plano político, o reformismo será ainda uma tônica comum às duas formações sociais, bem como o alijamento das massas populares dos processos decisórios, proporcionado por uma forma autocrática de governo. Ain-

30. Lênin (1977:240 ss.).

da acentuando as semelhanças, para determinar o diferente, Chasin ressalta o aspecto lento e tardio do desenvolvimento das forças produtivas na direção do "capitalismo verdadeiro" presentes na Alemanha e no Brasil.

Mas o que é considerado decisivo por Chasin, na definição das formas de objetivação capitalistas dessas duas formações sociais, situa-se exatamente no âmbito do processo real mesmo, quer dizer, "o *caminho prussiano*, na totalidade concreta do processo real alemão, se põe de modo distinto daquele em que se põe na totalidade concreta do processo brasileiro" (1978:627). No caso alemão, o elemento tardio de seu processo de objetivação capitalista reside na comparação com a velocidade que se dá nas formas clássicas de revolução burguesa, sendo que a burguesia transformista e a nobreza *junker*, ao montarem seu aparato ideológico e de Estado, alcançam rapidamente o estágio imperialista do capitalismo, que se estabelece no "caldo de cultura" de uma aliança conciliatória consubstanciada na forma reacionária e chauvinista do bismarkismo, a variante alemã do bonapartismo. No Brasil, ao contrário, o tributo do *novo* ao *velho*, em seu caminho de objetivação capitalista, aparece determinado pela inferioridade latifundiário-escravista de sua estrutura econômica que direciona, contrariamente ao ocorrido na Alemanha, para a subsunção de uma burguesia, também ela transformista, aos pólos centrais do capitalismo e para a consolidação de uma economia que se conforma hiper-tardamente como subsidiária à grande produção industrial, enquanto "elo débil" do modo de produção capitalista, em seu conjunto anatômico.³¹

De modo que a teoria da *via colonial* eleva e possibilita apreender, em sua dimensão ontológica, o *elemento morfológico de gênese colonial* — preconizado por Caio Prado Jr. — que vem sendo mantido por uma débil burguesia que historicamente não conseguiu realizar mais do que um "transformismo" pela metade, porque implementa, *in continuus*, um processo modernizador, que além de estar situado no terreno da permanente contrarrevolução interna, possibilita também adequações de tipo modernização-subalternizada do capitalismo brasileiro, em relação ao conjunto societal burguês. Esse aspecto coloca-se como relevante, pois incide na própria construção e manutenção de um aparelho de Estado de caráter autocrático, que pode assumir a forma de uma *autocracia burguesa institucionalizada*, em moldes de uma "legalidade burguesa" ou a forma explícita de governo bonapartista (*colonial-bonapartismo*). Deve-se ressaltar ainda que as formas autocrático-institucionais ou bonapartistas que se estruturaram tanto na

31. Cf. Mazzeo, (1997:125).

França como na Alemanha, apesar de seus intrínsecos conteúdos reacionários em ambos os casos, findaram por garantir o pleno desenvolvimento burguês e das forças produtivas. No caso do Brasil, essas formas burguesas têm, ao longo de sua história, garantido a inserção do Brasil na ordem capitalista, por meio de um processo de *modernização-subordinada*, traço indelével de uma burguesia que não apenas deixa de romper com seu passado colonial, mas que, exatamente por isso, o repõe lógica e historicamente, cedendo seus dedos para não perder seu anéis.

De modo que a categoria da *via colonial* nos permite dimensionar também a questão democrática. Como sabemos, a base da hegemonia burguesa no Brasil foi e tem sido o permanente alijamento das massas trabalhadoras das instâncias de decisão, seja pela coerção explícita, na forma de governos autocrático-bonapartistas, seja pela *via da autocracia burguesa institucionalizada*. Em ambas as formas, prevaleceu o projeto de modernização-subordinada do capitalismo brasileiro. Em consonância com as análises caiopradeanas, pensamos que no grau em que se consolidou contemporaneamente o capitalismo, será impossível para um país de *via colonial*, como o Brasil, chegar a "etapas" que permitam o desenvolvimento de um capitalismo autônomo e nacional. Ao contrário, a perspectiva é o aprofundamento da subordinação e o estreitamento das conquistas dos trabalhadores, com a paulatina perda de seus direitos e a conseqüente miserabilização das massas populares. Assim, não podemos mais uma vez, reproduzindo os erros do passado, adentrar em ilusões de que as mudanças que devem ser realizadas — e o necessário aprofundamento da democracia, na perspectiva dos trabalhadores — possam ser levadas em alianças com uma burguesia historicamente golpista, antinacional e pró-imperialista. As tarefas democráticas do Brasil e a ruptura com a *via colonial* somente serão concluídas se construirmos a *via revolucionária* sob a hegemonia dos trabalhadores.



A queda do equilibrista: o PCB e os sindicatos no Brasil (1945-92)

Marco Aurélio Santana*

Introdução

O presente artigo analisa a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) junto ao movimento sindical do país, no período de 1945 a 1992. Partimos da idéia de que os sindicatos desempenharam papel central na tentativa do PCB de se inserir e intervir na vida política brasileira. Com uma trajetória marcada pela constante perseguição e banimento, o partido buscou desenvolver uma rápida ocupação de espaços no movimento sindical que lhe servisse de instrumento para contrabalançar sua posição de partido proscrito, credenciando-o como força de peso no interior do cenário político nacional. O PCB tentará articular as duas inserções, equilibrando-se como podia e atrelando os destinos de sua prática no meio sindical aos desígnios de inserção no mundo da *grande política*.

Porém, se buscou instrumentalizar o movimento dos trabalhadores no sentido dos interesses partidários, o PCB não logrou fazer isto da forma

* Professor do Departamento de Filosofia e Ciências Sociais e do Mestrado em Memória Social e Documento da Universidade do Rio de Janeiro (Unirio).